


*Barbara Hlibowicka-Węglarz*

Universidade Maria Curie-Skłodowska  
de Lublin, Polónia  
barbara.hlibowicka-weglarz@mail.umcs.pl

*João Batista Cardoso*

Universidade Federal de Catalão, Goiás, Brasil  
jbcard@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6438-8644>

 <https://orcid.org/0000-0003-2777-6231>

## DA LÍNGUA INDÍGENA À LÍNGUA GERAL – ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA LÍNGUA GERAL PAULISTA

### From indigenous language to general language – some reflections on the formation of the General Language of São Paulo

#### ABSTRACT

In Portuguese America, the general languages were the languages of indigenous origin used by the administration and the Church as an instrument of interethnic communication. These languages were spoken by everyone who was part of the colonial system. In the Brazilian territory, two general languages were formed in very different linguistic contexts: the *Língua Geral Paulista* (LGP) and the *Língua Geral Amazónica* (LGA). Established in the 16<sup>th</sup> century, LGP emerged in the São Vicente region and was widely spread by the *bandeirantes* of São Paulo to other states in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries. After a period of great expansion, and because of the political and social changes that took place in colonial society, this general language lost its hegemony in the 19<sup>th</sup> century and ceased to be spoken at the beginning of the 20<sup>th</sup> century. The article aims to analyse the socio-historical conditions that led to the formation, expansion, weakening and disappearance of the General Language of São Paulo.

KEYWORDS: linguistic contact, general language, *Língua Geral Paulista* (LGP), natives, *mamelucos*

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende enfrentar, em termos históricos e com a devida arbitragem do discurso académico, o modo como se deu a formação da língua geral, buscando direcionar a discussão para o universo cultural e linguístico da Língua Geral Paulista.

Diante disso, propomos fazer uma breve retrospectiva da história linguística do Brasil, sublinhando a multiplicidade das línguas indígenas faladas no litoral brasileiro antes da chegada dos primeiros europeus. Em seguida, para completar o contexto social, propomos

falar da política dos colonizadores que levou à miscigenação entre os brancos e os povos autóctones, assim como ao surgimento da Língua Geral Paulista. Vamos reconhecer o papel dos bandeirantes na expansão da língua geral em análise e identificar as razões que levaram ao apagamento da língua geral mencionada.

## 2. MULTILINGUISMO NA ÉPOCA COLONIAL

A quantidade de línguas faladas no Brasil e no espaço ocupado por esse, a partir do Tratado de Tordesilhas, era amplo, quase impossível de ser quantificado pelos pesquisadores que até aqui vêm estudando essa questão. Os diferentes autores limitam-se a conferir o qualificativo de *multilinguismo*, apresentando os dados que diferem de um estudo para outro.

Rodrigues (2006) aponta que, na época do descobrimento do Brasil e pelo menos nos três séculos que se seguiram a esse facto histórico, viviam no território cerca de cinco milhões de indígenas, falantes de 1175 línguas pertencentes a muitas famílias de línguas diferentes. Duas delas, ambas de tronco linguístico tupi-guarani, eram usadas em quase toda a costa atlântica: o tupi, no litoral onde hoje está o estado de São Paulo, e o tupinambá, falado do atual Rio de Janeiro até à foz do rio Amazonas, como concluiu Rodrigues (2014: 118).

O quadro de uma grande diversidade linguística e cultural encontrado no Brasil pelos colonizadores dos primeiros anos lançava um grande desafio aos portugueses. Dificultava a atuação dos extrativistas que chegavam lá, cada vez em quantidade maior para buscar o ouro e pedras preciosas, pois quanto mais havia diversidade de línguas, mais complicadas se tornavam as atuações tanto no âmbito económico (dificuldade restrita aos comerciantes) quanto cultural (nesta questão encontramos os jesuítas e demais profissionais que, a cargo do governo português, tinham ao seu cargo ensinar a língua vernácula daquele país). Os padres jesuítas que vieram ao Brasil para propagar a fé cristã nas novas terras conquistadas e, por conseguinte, possibilitar a rápida expansão do sistema colonial, decidiram aprender o tupi e/ou tupinambá para facilitar a catequese e para se comunicarem por todo o litoral. O português ficou na região litoral restrita ao centro do país, enquanto o espanhol também ficou na região litoral, entretanto, restrita ao sul.

Nesse contexto, a interação entre colonizadores e indígenas, a troca de informações e o processo para disciplinar a força de trabalho por meio da catequese só poderiam ser viabilizados, de acordo com Bessa Freire (2004: 46), quando o problema da diversidade linguística fosse superado, e em seu lugar ocorresse o desenvolvimento de uma língua de contacto e com a criação de uma nova comunidade de fala (Santos, Cruz 2020: 160).

Referindo-nos ao multilinguismo da época colonial, vale a pena acrescentar que do século XVI ao século XIX foram trazidos para o Brasil de quatro a cinco milhões de escravos de várias regiões africanas, falantes de diversas línguas, para trabalharem, em um primeiro momento, nas grandes propriedades açucareiras do Nordeste, depois em variados serviços por todo o território. Por outro lado, outras línguas europeias foram utilizadas no período colonial, como as línguas francesa e holandesa que passaram a figurar como meio de comunicação nas áreas ocupadas pelos franceses (Rio de Janeiro e Maranhão) e pelos holandeses, a saber, na denominada França Antártica, restrita à costa do Rio de Janeiro, em pequenas áreas do Maranhão e na totalidade do estado de Pernambuco.

Como se vê, a quantidade de línguas faladas no Brasil e no espaço ocupado por este era muito grande. Rodrigues (1996) refere-se a esse período como uma situação de multilinguismo que se generalizou por todo o território.

### 3. CONCEITO DA LÍNGUA GERAL – AS LÍNGUAS GERAIS SUL-AMERICANAS

Inúmeros estudiosos têm-se lançado à tarefa de investigar as línguas gerais, seja como parte de algum estudo amplo, seja tematizando diretamente essas línguas. Na lista bibliográfica, ao fim deste estudo, podem-se encontrar alguns nomes de pesquisadores das línguas gerais.

As línguas gerais sul-americanas foram fundamentais para o sucesso da colonização portuguesa e espanhola no continente americano. Durante muito tempo, elas foram o principal veículo de comunicação entre as diversas populações coloniais. No início do processo de colonização, a expressão *língua geral* foi empregada para nomear as línguas que os indígenas disseminaram entre as diversas regiões.

O fenômeno das línguas gerais tem uma dinâmica própria que as torna mais importantes do que parecem. Rodrigues (1996: 6) registra que, no Brasil – que ele denomina de América Portuguesa – o termo *língua geral* passou a ser utilizado pelos colonizadores nos séculos XVI e XVII para “designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis (...), à qual foi-se agregando o contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas (...)”. Segundo o autor mencionado, as línguas gerais surgiram em situação de miscigenação, de contacto linguístico e cultural entre diversas populações coloniais, como resultado da formação de populações mestiças, falantes das línguas maternas tupi, tupinambá e guarani, todas da família tupi-guarani. No mesmo estudo, Rodrigues (1996: 6–7) diz:

Essas condições se produziram mais tipicamente entre os portugueses e os tupis (também chamados tupinakins ou tupinikins) de São Vicente e do planalto de Piratininga, no leste do atual estado brasileiro de São Paulo, no século XVI; entre os espanhóis e os guaranis do Paraguai, nos séculos XVI e XVII; e entre os portugueses e os tupinambás no norte dos atuais estados brasileiros do Maranhão e do Pará, no século XVII.

Feitas essas considerações gerais, vale a pena ressaltar que podemos dividir o Brasil em três partes quando o aspeto tratado fizer referência às línguas. Temos duas línguas gerais que se destacam pela sua significação histórica e abrangência territorial. Essas línguas gerais restringiram-se: uma delas, ao Estado de São Paulo (Língua Geral Paulista, LGP), ao passo que a outra era falada do Maranhão até à Amazônia (Língua Geral Amazônica, LGA), mas, entretanto, não ficou apenas no território brasileiro, pois tal língua, que mais tarde passa a ser denominada também de nheengatu, predominava nos territórios dos países que faziam fronteira com o Brasil, mais ao norte. Há uma terceira língua geral que se disseminou apenas no sul do atual território brasileiro onde ficou enquistada pelos séculos que sucederam a colonização – o guarani. O guarani como língua geral surgiu do

contacto entre colonizadores espanhóis e índios guarani na região sul do país. Hoje em dia é uma língua oficial do Paraguai e é falada por 90% da população desse país.

No contexto de formação da nação brasileira, em termos das línguas gerais, a LGP e a LGA, às quais se acrescenta o guarani, conviveram por curto período com a língua portuguesa no norte do atual território brasileiro, quando esta parte do Brasil ainda não tinha sido tomada aos espanhóis através da guerra. Convém acrescentar que na América espanhola, já no século XVI, também se utilizou o termo *línguas gerais* (esp. *lenguas generales*) “para designar línguas autóctones de ampla difusão” (Leite 2013: 5). Nessa parte do continente americano, as línguas endógenas de grande difusão foram o náuatle (ou *Lengua Mexicana*), o quéchua (ou *Lengua General del Perú*) e o guarani. Todas essas línguas gerais foram empregadas para a catequização, a administração e o comércio entre os invasores e os povos nativos. Como se vê, na zona hispânica das Américas, o termo *língua geral* foi utilizado com um sentido diferente.

#### 4. FORMAÇÃO DA LÍNGUA GERAL PAULISTA

A colonização portuguesa começou oficialmente em 1532 com a fundação da Capitania São Vicente pelo fidalgo Martin Afonso de Sousa. Naquela altura, a costa da região era habitada pela população constituída por vários povos indígenas, na sua maioria falantes de língua tupinambá. O tupinambá recebeu diversos nomes e manteve a sua hegemonia até meados do século XVIII, funcionando como língua franca entre as tribos diferentes, ou interlíngua da costa. O etnónimo *tupinambá* era a autodenominação entre os habitantes da região de São Vicente e do planalto paulista.

Durante os primeiros anos da colonização, os grupos de colonos que desembarcavam em São Vicente eram constituídos exclusivamente por homens. Por conseguinte, a formação das famílias no Brasil na época colonial relaciona-se com a escassez das mulheres europeias. Com a ausência de mulheres brancas na região, a união entre os portugueses e as mulheres indígenas tornou-se muito frequente. Leite (2013: 14) acrescenta que “a prática da poligamia e do concubinato marcava as alianças entre os portugueses e os nativos da terra, conferindo prestígio aos primeiros dentro das estruturas indígenas”. É preciso lembrar que, como repara Del Priore (1993: 334), no Brasil dominado por um sistema patriarcal, “a realização das mulheres residia apenas e exclusivamente na maternidade”. Del Priore (1993: 18) diz sobre esta questão:

(...) a prole permitia à mulher exercer, dentro do seu lar, um poder e uma autoridade dos quais ela raramente dispunha no mais da vida social. Identificada com um papel que lhe era culturalmente atribuído, ela valorizava-se socialmente por uma prática doméstica, quando era marginalizada por qualquer atividade na esfera pública.

Por sua vez, Ribeiro (2004: 8) repara que uma prática indígena chamada *cunhadismo* facilitou a formação das primeiras famílias mistas entre os portugueses e as mulheres indígenas. O autor mencionado descreve os princípios dessa velha prática da seguinte maneira:

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele o assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo.

Não estranha que os líderes indígenas tenham apoiado esse tipo de união interétnica com o intuito “de firmar alianças estáveis com estrangeiros detentores de muitos bens materiais novos e desejáveis” (Rodrigues 2010: 37 *apud* Leite 2013: 17). Como se vê, a velha tradição indígena tornou-se favorável tanto para os colonizadores como para os líderes indígenas, sem pensar nas chamadas “moças índias”. De acordo com Monteiro (1995: 34), “essa aliança interétnica foi fundamental para a consolidação do controle colonial, conferindo aos colonos certo prestígio dentro das estruturas indígenas”.

Neste contexto social, Rodrigues (1986: 9) assevera que “no processo de colonização da América do Sul houve várias situações em que a miscigenação em larga escala de homens europeus com mulheres indígenas teve como consequência a rápida formação de populações mestiças cuja língua materna foi a língua indígena das mães e não a língua europeia dos pais”. Isto sucedeu, continua o mesmo autor, “porque, de início, a conquista e a colonização foram praticadas predominantemente por homens desacompanhados de mulheres, que atuaram sobre um povo indígena numeroso e socialmente aberto ao estabelecimento de alianças matrimoniais com forasteiros”.

Vem daí que, do intenso convívio de colonos e soldados portugueses com as mulheres indígenas, nasceu uma população mestiça surgida da relação entre europeus e indígenas. Os filhos deles, isto é, os indivíduos que possuíam uma ascendência indígena e branca, eram frequentemente chamados de mamelucos. Neste sentido, pode-se dizer que na fase da colonização uma população de crianças mamelucas encontrou-se numa situação linguística fora de comum. Quadros (2010: 78) diz a esse propósito:

Essas crianças mamelucas conviviam no *período crítico* de aquisição da linguagem – que, segundo o paradigma gerativista, vai dos 2 anos de idade à puberdade, por volta dos 12 anos. Essa população de mamelucos era constituída a partir do tronco das mães índias – pois a família dos pais estava em Portugal. Assim as crianças aprendiam o tupinambá das mães como primeira língua (L1), configurando-se, também no sul da Bahia, no contexto *sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, pois o mesmo tupinambá que era aprendido como L1 pelas mães índias, era igualmente aprendido pelos seus filhos mamelucos, sem haver interrupção na transmissão da língua das mães para os seus filhos, que também aprendiam esse tupinambá como L1.

Neste sentido, podemos afirmar que nos primórdios da colonização europeia da união entre os colonizadores brancos e mulheres indígenas nasceu uma população mestiça de língua tupinambá. Silva Neto (1986: 68) confirma este facto quando diz:

Como as mães índias desses filhos mamelucos falavam *tupinambá*, seus filhos, naturalmente, aprendiam a língua das mães como primeira língua e, na maioria das vezes, como única língua, pois era com a família das mães índias que conviviam socialmente, já que as famílias dos pais europeus se encontravam (...) em Portugal.

Como conclui Freire (2004: 289), “o povo invasor adotou para o gasto ou o uso corrente a fala do povo conquistado, reservando a sua para uso restrito e oficial”. A situação acima descrita perdurou durante o primeiro século da colonização portuguesa.

Segundo Freire (2004: 51), naquele tempo o tupinambá acabou por exercer a função inicial de língua de comunicação entre os portugueses e os povos indígenas da região. Ora, a hegemonia do tupinambá promoveu, a partir dessa tribo indígena, uma natural e esperada miscigenação entre índios e europeus, que, por consequência, produz uma população mestiça, resultante da união entre pais europeus e mães indígenas. É natural concluirmos que os filhos ficam mais tempo com as mães durante a primeira infância. Essa proximidade com as mães foi responsável pela manutenção do tupinambá entre a população mais jovem.

Com o tempo, aos poucos, com os casamentos de portugueses com mamelucas ou os casamentos de mamelucos com mamelucas, formou-se uma grande população mameluca em São Vicente, e posteriormente em São Paulo. Um novo contexto social, com o passar de tempo, resultou de contactos muito mais intensos com a língua portuguesa, modificou a língua falada na região que se expandiu por grandes territórios. É obvio que durante o processo da expansão, o tupinambá passou a estar em contacto com outros grupos de indígenas.

Rodrigues (1986: 3) ilumina essa parte quando se refere à comunidade de São Vicente, afirmando:

quando começavam a manter um maior contato com os pais portugueses – trabalhando com eles nas precárias plantações de cana, mandioca, café e, principalmente, nas extrações de madeiras nobres para serem vendidas à construção naval, pois essa passou a ser a principal atividade econômica do sul da Bahia –, esses mamelucos adquiriam a língua portuguesa como segunda língua, tornando-se bilíngues em tupinambá (L1) e em português (L2), provavelmente com grande variação de competência em português. (...) Mas a esse fato não podemos deixar de somar os casos em que brancos portugueses se uniram afetivamente a índias e os casos em que, tomando índias como escravas, mantinham relações sexuais com elas. Esses três fatores, combinados, resultavam na geração de pequenos mamelucos, frutos dessas uniões – voluntárias ou não.

Leite (2013: 19) repara que, com o tempo, a língua falada pela população mameluca já diferenciava do tupinambá genuíno e nos séculos XVII e XVIII se generalizou pela população paulista, sendo denominada de Língua Geral Paulista. As palavras abaixo citadas de Rodrigues (1986: 2) confirmam o que foi dito:

(...) a situação linguística das famílias de portugueses casados com mamelucas devia então ser basicamente a mesma das famílias constituídas por mamelucos e mamelucas; falava-se correntemente a língua original indígena e apenas o marido e, a partir de certa idade, os filhos homens eram bilíngues em português (com domínio pleno desta língua se eram portugueses, com domínio provavelmente restrito em diferentes graus quando eram mamelucos). Nesta situação, a língua que falavam os paulistas já não mais servia a uma sociedade e uma cultura indígenas, mas à sociedade e à cultura dos mamelucos, cada vez mais distanciadas daquelas e mais chegadas à cultura portuguesa.

Assim, nos séculos XVII e XVIII, a LGP, “fruto de um processo natural para o qual concorreu de forma decisiva a miscigenação entre portugueses e índias” (Argolo 2011: 95), funcionou na região de São Paulo como a língua corrente entre os seus habitantes, isto é, indígenas, mamelucos e portugueses.

## 5. EXPANSÃO E DECADÊNCIA DA LÍNGUA GERAL PAULISTA

A partir do século XVI, devido ao clima favorável e ao solo fértil, a Coroa Portuguesa investiu na produção de açúcar no Brasil. Com a invasão dos holandeses, os portugueses não conseguiram manter a produção açucareira, muito lucrativa, e decidiram organizar expedições, chamadas de bandeiras, navegando em rios, com o objetivo de explorar o interior do Brasil para descobrir metais preciosos, assim como capturar indígenas para serem escravizados. As primeiras expedições não tiveram sucesso, mas as expedições dos finais do século XVII, e particularmente do século XVIII, penetraram profundamente no interior do Brasil e permitiram descobrir minas de ouro e outros metais, abriram novas estradas, promoveram o povoamento do sertão.

As bandeiras saíam de São Paulo em direção ao sertão brasileiro. Devido ao facto de a maioria dos bandeirantes serem mamelucos, a língua que predominava entre eles era a LGP, embora muitos deles falassem também o português. De acordo com Leite (2013: 13), “os homens e os filhos maiores saíram em longas expedições de preamento e pesquisas auríferas, deixando as crianças aos cuidados das mães”. Por conseguinte, os mamelucos tiveram contacto com a língua portuguesa apenas na sua vida adulta. A opinião de Leite (2013: 19) confirma o que ficou dito:

(...) veja-se a composição de uma das famosas bandeiras paulistas, a de Manoel Preto e Raposo Tavares, que partiu de São Paulo em 1628 para destruir reduções jesuíticas no Guairá e fez, ali, milhares de escravos. Segundo Basílio de Magalhães ela era composta de 70 paulistas, 900 mamelucos, 2 mil índios.

A frase acima citada confirma que nas bandeiras os grupos de mamelucos eram muito numerosos. Por sua vez, os indígenas, muito menos numerosos, foram os que utilizavam os conhecimentos e as experiências próprios para todos poderem penetrar no interior e abrir os caminhos novos (Ferronha, Bettencourt 1992: 86).

Com as bandeiras, a LGP, formada no século XVI, foi levada pelos bandeirantes ao interior do Brasil para os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, expandindo-se para as regiões novas e mais distantes. Argolo (2011: 101) comenta esta questão:

E assim continuou durante o seu processo inicial de terras paulistas, tendo os seus limites de utilização sido alargados consideravelmente devido à ação dos bandeirantes, que, sendo falantes dessa *língua geral*, a levaram para Minas Gerais, sul de Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná, nas suas expedições à procura de minas de pedras preciosas e de índios para escravizar. Esse processo de expansão teria durado desde a metade do século XVII até a metade do século XVIII. [A LGP], língua de origem tupi, foi falada como nativa por populações

mamelucas com cultura próxima à portuguesa, e diferenciada estruturalmente em relação à língua tupinambá, a partir da qual se modificou, devido à situação de bilinguismo com a língua portuguesa.

Convém notar que ao longo do seu desenvolvimento, a LGP teve contacto também com várias línguas indígenas das diferentes regiões pelas quais os bandeirantes passaram, entre as quais bororo, kaingang ou cayapó, distanciando-se, cada vez mais, da LGP formada no século XVI. Entretanto, devido a esses contactos, a LGP não sofreu grandes influências das referidas línguas (Leite 2013: 21).

Não se pode esquecer que, por um lado, na segunda metade do século XVII aumentou a imigração europeia para o Brasil, levando consigo línguas europeias, particularmente falares metropolitanos; por outro lado, os missionários jesuítas continuaram a difundir a língua portuguesa. Como constatam Ferronha, Bettencourt (1992: 87), “Exceptuando São Paulo e Maranhão, a língua geral perde influência e limita-se ao interior, irradiando-se o português como idioma oficial e literário. Intensifica-se a expansão para o interior e seu povoamento pelas massas do litoral que lá se fixam – o português conquista o sertão”.

No início do século XVIII ocorreu um conflito pela posse de riquezas na região de Minas Gerais, entre os “bandeirantes-mamelucos”, falantes da LGP, e os portugueses, chamados pelos bandeirantes de emboabas, isto é, de forasteiros. A chamada Guerra do Emboabas (1707–1709), vencida pelos portugueses, contribuiu consideravelmente para a frenagem da expansão da língua geral (Argolo 2011: 154). A guerra dizimou milhares de mamelucos paulistas, limitando o número de falantes da LGP. Por outro lado, como os bandeirantes paulistas foram os primeiros a chegarem às minas de ouro no interior do Brasil, esperavam ter direito a explorá-las exclusivamente. No entanto, a Coroa Portuguesa não aceitou esta proposta, expulsou os paulistas da região e tomou posse do domínio aurífero. Com a derrota dos paulistas, os portugueses criaram na região a Capitania das Minas de Ouro que devido às grandes riquezas de ouro e pedras preciosas se tornou a capitania do maior prestígio e importância da colônia. A morte de milhares de mamelucos paulistas durante a Guerra do Emboabas contribuiu para a decadência da LGP, “sendo abandonada pelos seus falantes, em benefício do idioma português” (Argolo 2011: 155). Veja-se o seguinte trecho de Vitral (2001: 312) que confirma a situação acima apresentada:

(...) a vitória dos emboabas, ao permitir o estabelecimento da ordem institucional na região das Minas, que veio a se tornar, no transcorrer do século XVIII, a capitania mais importante da colônia, cerceou a expansão da língua geral do sul [LGP] no Brasil. Assim, a dominação política daqueles que não falavam a língua da terra foi, provavelmente decisiva na atribuição de prestígio ao idioma lusitano.

Na segunda metade do século XVIII, com o desenvolvimento da elite colonial, difunde-se o português e começa-se a observar, aos poucos, o desaparecimento da LGP. O Marquês de Pombal, para não perder o domínio da região, impôs a língua portuguesa no Brasil em 1758. Convém lembrar que no ano anterior foi publicado o chamado *Diretório dos Índios* em que, no parágrafo 6.º, se proibia o uso da LGP e de outras línguas gerais, prevendo punições severas para quem as utilizasse. O *Diretório*, dividido em 95 parágrafos, estabelecia também a necessidade da introdução e do uso da língua portuguesa pelos povos



colonizados. De acordo com o decreto mencionado, “toda a instrução e a comunicação entre os indígenas deveriam fazer-se exclusivamente mediante o uso da língua portuguesa” (Oliveira, Freire 2006: 71).

Mesmo assim, nas situações do quotidiano, a LGP podia ser ouvida na geração mais velha da população paulista. A este propósito, Ferronha, Bettencourt (1992: 87) citam Hércules Florence que em 1828 constata: “Em São Paulo, há sessenta anos (1768), as senhoras conversavam nessa língua [LGP], que era a da amizade e intimidade doméstica. Ouvi-a ainda de boca de alguns velhos”.

O século XIX traz a decadência total da LGP, resultante da grande onda migratória europeia. A língua portuguesa foi, aos poucos, ocupando territórios, na medida em que os povos indígenas eram exterminados pelos colonizadores, que, para isso, empregaram todos os meios possíveis, como guerras, prisões, tratamentos cruéis e outras estratégias que inviabilizaram a vida e a estabilidade física dos indígenas no seu território pátrio. Tendo em conta todos os fatores sócio-históricos acima apresentados, Vitral (2001: 12) conclui que a decadência da LGP foi um resultado de um “processo civilizatório”.

## 6. CONCLUSÕES

A LGP surgiu em um contexto de grande miscigenação entre os portugueses e as mulheres indígenas nos finais do século XVI na região de São Vicente e foi levada para o atual interior paulista e para os atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná pelos bandeirantes, nos séculos XVII e XVIII, como anota Leite (2013: 2). Essa língua “predominou no Estado do Brasil até a primeira metade do século XVIII quando começa a perder seu espaço para a língua portuguesa” (Argolo 2011: 19) e deixou de ser falada no início do século XX.

A linguística de contacto encarrega-se dos estudos que dão conta de fenómenos como a LGP e outras línguas gerais que surgem nos contactos entre distintas comunidades de falantes. Essa disciplina é, segundo Oliveira, Zanoli, Modolo (2019: 308), “um ramo de estudos que enfoca áreas geolinguísticas que atestam, no mesmo *locus*, línguas distintas umas das outras e com poucos representantes (falantes) em cada uma delas”. Nesses espaços ocorre a convergência de inúmeras línguas e culturas, cuja relação é mais um fator do conceito de hibridismo cultural.

Como reparam os autores citados (*ibidem*), o hibridismo cultural, assim como o pluri-linguismo, “caracterizou vastas áreas do globo em fins do século XV, estendendo-se até o século XIX”; os mesmos continuam que nesse período de quatro séculos de convivência entre diferentes grupos linguísticos e culturais “se deu a formação de áreas geolinguísticas que são conhecidas como Novo Mundo”. Os pesquisadores advogam ainda que “nesse período histórico em que inúmeras línguas foram criadas, no Brasil, a denominada língua geral surgiu como uma nova língua de contato”. As populações endógenas e exógenas, que se reuniram por motivos diferentes, estabeleceram relações duradouras, seja por meio dos casamentos, seja a partir da convivência pura e simples, à moda de relações matrimoniais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGOLO Wagner Carvalho de, 2011, *Introdução à história das Línguas Gerais no Brasil: Processos distintos de formação no período colonial*, Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- DEL PRIORE Mary, 1993, *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colonial*, Rio de Janeiro: José Olympio / Editora da Universidade de Brasília.
- FERRONHA Luís, BETTENCOURT Mariana, 1992, *A via láctea da Lusofonia*, (in:) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, António Ferronha et al. (orgs.), Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 72–90.
- FREIRE José Ribamar Bessa, 2003, *Língua Geral Amazônica: a história de um esquecimento*, (in:) *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*, José Ribamar Bessa Freire, Maria Carlota Rosa (orgs.), Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 195–207.
- FREIRE José Ribamar Bessa, 2004, *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*, Rio de Janeiro: Atlântica.
- LEITE Fabiane, 2013, *A língua Geral Paulista e o vocabulário elementar da Língua Geral Brasileira*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- MONTEIRO John Manuel, 1995, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA João Pacheco de, FREIRE Carlos Augusto da Rocha, 2006, *A presença indígena na formação do Brasil*, Brasília: Edições MEC.
- OLIVEIRA Márcia Santos Duarte de, ZANOLI Maria de Lurdes, MODOLO Marcelo, 2019, O conceito de “Língua Geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato, *Journal of Ibero-Romance Creoles* 9/1, 306–333.
- PETTER Margarida, 2002, *Termos de origem africana no léxico do português do Brasil*, (in:) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, José Horta Nunes, Margarida Petter (orgs.), São Paulo: Humanitas / Pontes, 123–146.
- QUADROS Ronice Müller de, 2010, *O paradigma gerativista e a aquisição da linguagem*, (in:) *Teorias de aquisição da linguagem*, Ingrid Finger, Ronice Müller de Quadros (orgs.), Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 45–82.
- RIBEIRO Darcy, 2004, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES Aryon D., 1986, *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo: Loyola.
- RODRIGUES Aryon D., 1996, As línguas gerais sul-americanas, *PAPIA* 4(2): 6–18.
- RODRIGUES Aryon D., 2006, *As outras línguas da colonização do Brasil*, (in:) *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*, Suzana Cardoso, Jacyra Mota, Rosa Virgínia Mattos e Silva (orgs.), Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 143–161.
- RODRIGUES Aryon D., 2010, *Tupi, Tupinambá, Línguas gerais e Português do Brasil*, (in:) *O português e o tupi no Brasil*, Volker Noll, Wolf Dietrich (orgs.), São Paulo: Contexto, 27–47.
- RODRIGUES Cristina Carneiro, 2014, *Língua no Brasil: variação e multilinguismo*, (in:) *Identidades brasileiras: composições e recomposições*, Cristina Rodrigues, Tania Luca, Valéria Guimarães (orgs.), São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 117–143.
- SANTOS Barbara Heliodora de Lemos Pinheiro, CRUZ Aline da, 2020, Empréstimos do Português para a Língua Geral no século XVIII, *Revista Brasileira de Línguas Indígenas*. Macapá 3(1): 160–176.
- SILVA NETO Serafim da, 1986, *História da Língua Portuguesa*, 4.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Presença.
- VITRAL Lorenzo, 2001, *Língua geral versus língua portuguesa: a influência do “processo civilizatório”*, (in:) *Para a história do português brasileiro*, Rosa Virgínia Mattos e Silva (org.), São Paulo: Humanitas, 303–315.